



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

1. ABERTURA

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e quarenta e três minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

- 1.1. Núcleo Desportos Motorizados de Leiria – 8.º Rallye de Inverno – Atribuição de subsídio
- 1.2. Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) PeraGrande – Apoio no âmbito do projeto +Contigo
- 1.3. Estabelecimento de restauração e bebidas do Poço Corga
- 1.4. Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera – Cedência do pavilhão gimnodesportivo e isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.5. Responsabilidade Civil Extracontratual do Município
- 1.6. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Candidatura ao PRID 2019 - Pedido de autorização e de apoio para realização de obras no Estádio Municipal da Retorta

2. Secção Financeira

- 2.1. Balancete
- 2.2. Pagamentos
- 2.3. Alteração às Grandes Opções do Plano de 2019
- 2.4. Alteração ao Orçamento de 2019
3. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo
- 3.1. Obras particulares
- 3.2. Pedido de isenção ou redução do pagamento de taxas
- 3.3. Pedido de autorização para ocupação de via pública
- 3.4. Pedido de autorização para ocupação subterrânea da via pública
- 3.5. Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes, afetadas pelo incêndio de junho de 2017 – Apreciação de requerimentos

4. Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

- 4.1. Empreitada “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta)/ Incêndios 2017” – Prorrogação do prazo – Ratificação de despacho
- 4.2. Empreitada “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta)/ Incêndios 2017” – Erros e omissões, esclarecimentos
- 4.3. Bairro Operário – Construção de muro de suporte
- 4.4. Empreitada de Reabilitação de Estradas Municipais/Incêndios 2017 – Alteração da denominação do adjudicatário

IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

Foram presentes as atas n.º 23/2018, de 14 de dezembro, e n.º 1/2019, de 11 de janeiro, respetivamente, tendo a Sra. Presidente perguntado aos Srs. Vereadores se pretendiam tecer algum comentário ou sugerir alguma alteração às mesmas.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes informou que, por manifesta falta de tempo, os Vereadores do PS não tiveram possibilidade de ler convenientemente as atas e como tal solicitavam que a sua votação fosse adiada para a próxima reunião de Câmara, tendo a Sra. Presidente aquiescido, pelo que a votação ficou adiada para a próxima reunião de câmara.

De seguida, a Sra. Presidente informou que não foi possível concluir a ata n.º 2/2019, de 24 de janeiro, pelo que a sua votação ficará, também, adiada para a próxima reunião de câmara.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente passou ao ponto seguinte da ordem do dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por informar que está em Castanheira de Pera um grupo de 60 jovens universitários que se designam “Missão País”. Transmitiu que a missão que estão a desempenhar tem a duração de uma semana e que se encontram subdivididos por várias instituições, nomeadamente escolas, Cercicaper, Santa Casa da Misericórdia e Centro Paroquial, a realizar trabalho comunitário e a desenvolver atividades com os diferentes grupos, explicando, sumariamente algumas dessas atividades.

Em seguida, informou que foi publicitado através de Edital a forma como irá ser efetuada a leitura da água.

Informou que a Liga dos Bombeiros Portugueses, na continuação do debate que tem vindo a desenvolver sobre os benefícios sociais aos bombeiros, remeteu ao Governo, em conjunto com a ANMP, uma lista de propostas para serem avaliadas, dando ainda conta, que a ANMP questionou os municípios se já tinham



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

algum tipo de benefícios aos bombeiros tendo sido respondido que a matéria iria ser discutida no âmbito da CIMRL.

Continuando, informou que a empresa Sarah Trading, empresa de recolha de têxteis com a qual o Município tem um protocolo há vários anos, remeteu a esta Câmara o relatório de contas de 2018.

Informou que o partido “Os Verdes” veio dar conhecimento de uma proposta apresentada ao Governo para discutir a questão da privatização dos CTT para que a sua gestão regresse à esfera do Estado. Veio dar, também, conhecimento de outras duas propostas relacionadas com a abolição das portagens nas estradas A24 e A25, respetivamente.

Em seguida, informou que decorreu uma reunião sobre o projeto Portugal Inovação Social com os Concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, promovida pela Secretaria de Estado para a Valorização do Interior onde foi discutida a possibilidade de ser efetuada uma candidatura intermunicipal sobre o luto ou seja, o apoio a dar às pessoas que, de alguma forma, tiveram perdas marcantes.

Por último, informou que a reabilitação da estrada da Gestosa continua em curso sendo que o objetivo é efetuar alguns melhoramentos no traçado existente.

Interveio o Sr. Vereador Nuno Tomás que, no que concerne à última informação elencada pela Sra. Presidente, referiu que algumas situações não foram tidas em conta no início da obra, situações com as quais se vão deparando à medida que se realizam as obras, estando trabalhos preparatórios a serem realizados nomeadamente, algumas passagens hidráulicas, algumas alterações de rede de água, de forma a precaver constrangimentos depois do asfalto estar aplicado. Adiantou que estes trabalhos preparatórios têm atrasado um pouco as obras daquele traçado e que entretanto também já se iniciaram os trabalhos na estrada de Além da Ribeira para o Torgal.

Na sequência, interveio o Sr. Vereador António Antunes que pegou na última questão abordada referindo que as situações que estão a ser corrigidas e as necessidades que lá estão já são sabidas por todos há muito tempo sendo que efetivamente interessa fazê-las antes de executar a pavimentação final. Assim, questionou se estes trabalhos que estão a decorrer vão atrasar o planeamento da obra, e consequentemente, se vão haver custos adicionais para o Município tendo, de imediato, o Sr. Vereador Nuno Tomás respondido que não.

Continuando, o Sr. Vereador António Antunes fez referência à informação da Sra. Presidente sobre o edital de faturação da água, indicando que, uma vez que o regulamento municipal sobre esta matéria, prevê que as leituras sejam efetuadas apenas 4 vezes por ano, lhe parece que *“existe um problema de justiça de faturação”* devido à existência de escalões, ao contrário da energia, por exemplo cuja faturação é efetuada muitas vezes por estimativa mas onde não existem os aludidos escalões. Explicou que, no caso da energia, se houver um ou dois meses de faturação por estimativa no mês seguinte é possível fazer o acerto e na questão da água tal não é possível porque existem os escalões de consumo.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

Exemplificando que, se num mês uma pessoa gastar mais água do que é usual, por exemplo em agosto, e com isso subir de escalão, em setembro se consumir menos e for um mês lido por estimativa, vai pagar por um escalão superior quando na realidade não efetuou esses consumos, e no outro mês a seguir (outubro), quando a leitura real for novamente efetuada não haverá possibilidade de fazer o acerto dos escalões.

Com a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes acrescentou que, sendo este um exemplo no qual estão a exagerar, no limite o consumidor pode, no mês estimado, pagar metros de água a 2,50 € e no mês seguinte o acerto é feito com o preço do metro de água a 0,66 cêntimos.

Intervindo, o S. Vereador João Graça referiu que partindo desse exemplo o inverso também pode acontecer ou seja, se no mês de leitura gastar pouca água e no mês estimado gastar muita água vai pagar a água do mês estimado ao valor do mês de leitura, pelo escalão mais baixo.

Interrompendo, o Sr. Vereador António Antunes referiu que essa situação nunca vai acontecer porque no mês consecutivo é feita novamente a leitura. Salientou que havendo escalão de consumo lhe parece que não há forma de efetuar a leitura de uma forma exata e, na sua opinião, o município vai ficar sempre prejudicado.

Intervindo, o Sr. Vereador João Graça referiu que segundo o exercício do Vereador António Antunes isso pode acontecer, tendo o Sr. Vereador António Antunes acrescentado que, na sua opinião, apesar do regulamento permitir a leitura por estimativa, a existência de escalões inviabiliza a sua aplicação.

Tomando a palavra, a Sra. Presidente solicitou a presença do colaborador Sr. Hugo Correia, do serviço de processamento e de gestão contabilística das águas, que está a trabalhar nesta alteração processual para que viesse explicar o assunto.

Já na presença do Sr. Hugo Correia, o Sr. Vereador António Antunes expôs as dúvidas dos Senhores Vereadores do PS tendo então aquele trabalhador começado por referir que as estimativas quando são colocadas em prática não são feitas sem serem devidamente estudadas sendo usual todas as empresas utilizarem esta modalidade. Explicou que, nesta questão em concreto, o que acontece é que quando há um consumo exagerado no mês seguinte à estimativa, ou se no mês da estimativa o consumo for superior à leitura real, no mês seguinte o que vai acontecer, no limite, é um crédito.

Interrompendo, o Sr. Vereador António Antunes perguntou como é que eram justificados os escalões na questão da estimativa.

Em resposta, o Sr. Hugo Correia informou que o acerto da fatura é sempre feito pelo escalão maior, ou seja, o acerto é sempre feito do escalão maior para o



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

mais pequeno, quando a faturação é inferior no mês seguinte à estimativa, supondo que a estimativa tem um consumo maior, pode dar lugar ao referido crédito, podendo as pessoas optar se o vêm levantar ou se fica em crédito para a fatura seguinte.

Volvendo, o Sr. Vereador António Antunes questionou como era determinado esse crédito, referindo que, do que percebeu, essa situação acontece se a leitura real for inferior à que efetivamente foi faturada no mês anterior, o da estimativa, porém no caso de ser ao contrário, se a leitura real for superior à do mês da estimativa como é que se consegue fazer o acerto. Concluiu, dizendo que o acerto só é possível fazer se a leitura real ao terceiro mês for inferior à da estimativa do segundo, ao acumulado.

Nessa sequência, o Sr. Hugo Correia explicou que o acerto só é possível quando a faturação no mês real for inferior à faturação por estimativa do mês anterior.

Interrompendo, o Sr. Vereador António Antunes questionou se essa situação não se verificar e ao invés tivermos dois meses de leitura real com consumo elevado e o mês do meio que não é faturado no qual a pessoa gastou menos água mas que está a pagar, por ser de estimativa, escalões superiores, nessa situação o acerto nunca vai ser feito.

Novamente com a palavra, o Sr. Hugo Correia referiu que era exatamente essa situação que explicou há pouco, ou seja, a estimativa é feita em função dos escalões gastos, de 1 a 5 metros um preço, de 5 a 15 metros outro preço e assim sucessivamente, e se a pessoa tem 18 metros no mês da estimativa e no mês seguinte tem uma leitura real de 25 metros ser-lhe-á faturado apenas 7 metros porque os outros 18 metros a pessoa já pagou.

Retorquindo, o Sr. Vereador António Antunes argumentou que essa situação se verifica porque aconteceu no mês em que existiu leitura, questionando o que acontece se for no mês da estimativa, entre duas leituras reais.

Em resposta, o Sr. Hugo Correia explicou que se ocorrer no mês da estimativa é entre duas leituras reais sendo que nesse mês não há leitura e é feita uma estimativa de 18 metros, pelo que acontece exatamente o mesmo, ou seja, já pagou 18 metros e no mês seguinte vai, apenas, pagar a diferença, tendo, de imediato, o Sr. Vereador António Antunes interpretado que, nessa situação, vai pagar apenas a diferença porém vai pagá-la num escalão superior.

De novo com a palavra, o Sr. Hugo Correia respondeu que não era isso que acontecia, ou seja, nessa situação volta ao 1.º escalão e pegando no exemplo da diferença dos 18 para os 25 metros referiu que de 0 a 5 paga no 1.º escalão e de 5 a 7 metros paga o 2.º escalão.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

Mais acrescentou, que nesse caso, é como se fosse um mês novo, ou seja, quando há uma leitura real superior no mês seguinte é como se fosse um mês novo porque os “18 metros” já foram pagos ao preço dos valores corretos.

Intervindo, a Sra. Presidente salientou que as leituras são efetuadas por escalões, existindo para o efeito quatro escalões tendo, de imediato, o Sr. Vereador António Antunes feito notar que os escalões não estavam em dúvida mas sim a sua cobrança.

Na sequência, interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes sublinhando que os escalões não estavam em dúvida expressando que a preocupação dos Vereadores do PS não é quando é estimado abaixo do real mas sim quando é estimado acima do real e é nessa situação que poderia estar a gerar-se uma fonte de financiamento “*do nosso ponto de vista ilícita*”, assim, com a explicação do Sr. Hugo Correia de que o acerto dos metros é feito no escalão real em que foi faturado, ou seja o acerto é feito por ordem decrescente, está elucidado tendo, de imediato, o Sr. Hugo Correia confirmado que, segundo as normas, o acerto é sempre feito do escalão maior para o mais pequeno, é em sentido decrescente.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes expôs que se assim não fosse, do seu ponto de vista, o Município teria um problema porque poderia estar a faturar ao consumidor no limite, pelo escalão máximo, água a 2,5 € o metro, e efetuar o acerto a 0,66 cêntimos.

Concluiu, referindo que após esta troca de impressões considera esta questão esclarecida o que não retira, na sua opinião, a necessidade, de facto, de se apostar na publicidade e na informação aos Municípios tendo, de imediato, a Sra. Presidente referido que é isso que se está a tentar fazer.

Em seguida, o Sr. Vereador António Antunes fez referência à informação dada sobre a proposta do partido “Os Verdes” relativamente aos CTT, questionando se existe alguma notícia sobre o balcão de Castanheira de Pera e não existindo de momento mas porque com este ritmo na premissa da privatização dos CTT pode acontecer, se o Município tem “*um plano B*” a curto prazo.

Em resposta, a Sra. Presidente recordou que esteve numa reunião com o Administrador dos CTT e nessa sequência não quer acreditar que Castanheira venha a ser contactada porque lhe foi transmitido, nessa reunião, clara e objetivamente, que todas as estações e todos os Municípios que não tinham tido qualquer contacto até ao momento não iriam encerrar.

Nessa sequência, o Sr. Vereador António Antunes deu conta que esta sua questão vem no sentido da preocupação do encerramento do balcão de Castanheira, deixando a nota de que terá de haver um plano B se tal acontecer, ao que a Sra. Presidente informou que o plano B passariam, preferencialmente, pela Junta de Freguesia.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

Continuando, o Sr. Vereador António Antunes mencionou as Associações Culturais e Desportivas do Concelho relativamente aos planos de emergência que devem ter em vigor para funcionamento, questionando se a Câmara Municipal tem dado algum apoio ou sensibilizado nesse sentido.

Com a palavra, a Sra. Presidente informou que foi feita uma ação no Coentral que repetirá, no final de fevereiro, nas restantes aldeias no âmbito do programa Aldeias Seguras, culminando novamente no Coentral para realizar uma simulação. Informou que, nesta altura, como todos sabem, na esfera da Proteção Civil já se preparam os meses que nos separam da altura crítica dando nota de algumas ações coordenadas com outros serviços. A título de informação acrescentou que se mantém a preocupação de tentar alocar uma EIP (equipa de intervenção permanente em fogos florestais) em termos de posicionamento, no norte do concelho de forma a proteger aquela zona.

Relativamente aos planos de segurança das associações transmitiu que essa questão será analisada, aquando da retoma das ações de sensibilização, quando for para decidir onde ficam os pontos de abrigo nas aldeias, sendo que nas aldeias onde houver esse tipo de associações ou igrejas serão locais a ser equacionados para serem esses pontos.

Na sequência o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se é intenção deslocalizar a sede das EIP's para o norte do concelho, tendo a Sra. Presidente esclarecido que a sede será sempre no quartel dos Bombeiros Voluntários e que a intenção era ter permanentemente uma equipa de intervenção no norte.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou o que acontecerá se houver um incêndio a sul do concelho.

Em resposta, a Sra. Presidente deu conta que o quartel do Bombeiros continuará a ter sempre duas equipas de combate a incêndios (ECIN's) na época crítica e portanto o sul fica sempre salvaguardado. Referiu que o tempo que se demora a chegar aos lugares a sul do concelho nada tem a ver com o tempo que se demora a chegar ao Coentral e estando uma equipa no Coentral abrangerá toda a zona norte do concelho.

Mais acrescentou que, desta forma, tentar-se-ia que todo o concelho ficasse salvaguardado, com a agravante de que o Governo divulgou o mapa de freguesias prioritárias para limpeza no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e o nosso concelho não foi contemplado com freguesias de prioridade 1, como tal teremos de ser nós próprios a preservá-lo.

Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador António Antunes referiu que quando colocou a questão dos planos de emergência das associações era a nível de edificado e porque este tipo de associações não tem verbas para o efeito. Mais referiu que estas associações vivem da boa vontade dos seus associados e do gosto que têm em abrir o espaço ao fim de semana sendo importante que mantenham os seus planos de emergência em vigor de forma a evitar problemas ou tragédias, como infelizmente aconteceu em Tondela, e neste sentido considera



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

que a Câmara Municipal deveria dar apoio e minimizar os riscos dessas situações, tendo, de imediato, a Sra. Presidente informado que essa é uma das situações que efetivamente está elencada nas medidas de auto proteção.

Em seguida, interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que pegando num artigo do Jornal de Leiria, de 7 de fevereiro, sobre “Leiria Cidade Natal” onde é colocado em foco um défice de cerca de 330 mil euros questionou se já há resultados de como correu o evento “Natal na Aldeia” de Castanheira de Pera

Em resposta, a Sra. Presidente informou que ainda estão a ser efetuados alguns pagamentos de faturas, no entanto acredita estar em condições de dar o resultado do evento numa das próximas reuniões de Câmara.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes transmitiu que, na mesma edição de jornal, vem uma notícia a propósito dos manuais escolares gratuitos em Castanheira de Pera.

Comentou que essa notícia não o surpreende recordando que os Vereadores do PS apresentaram, em sede de reunião de Câmara, uma proposta para apoio aos manuais escolares e que na reunião seguinte foi apresentada uma outra proposta pela Sra. Presidente que acabou por ser votada e que está em vigor.

Lembrou que, na altura, o assunto foi discutido, e manifestou a sua opinião no sentido de considerar a proposta *“algo reveladora de pouca humildade política”* parecendo-lhe que *“nestas questões, o Executivo poderia e deveria ter privilegiado a via do diálogo e a construção comum numa proposta e preferiu vir com uma proposta para contrapor a nossa”*, (a proposta dos Senhores Vereadores do PS, entenda-se), sendo que, neste momento, esse assunto está ultrapassado.

Referiu que a execução da medida, tal como alertaram na altura, *“é confusa”* e a sua aplicabilidade gera esta confusão, como tal questiona o que foi feito, até porque este assunto já foi trazido à Câmara por um munícipe, ou seja, questiona que contactos é que foram encetados com o Agrupamento para resolver este problema.

Prosseguindo, referiu considerar que se o Executivo tivesse sido *“um pouco menos autista do ponto de vista político”* e tivesse atendido àquilo que era a proposta dos Vereadores do PS, proposta que consistia em o Município assumir a compra direta dos manuais escolares e cedê-los ao Agrupamento, a questão ficava resolvida e teríamos um banco de livros com manuais escolares para todos os ciclos.

Acrescentou que, ao invés, fizeram um enquadramento que, apesar de não ser ilegal, a sua interpretação e aplicabilidade gerou este tipo de situações, repetindo a pergunta de como tenciona o Executivo resolver este problema.

Na sequência desta intervenção a Sra. Presidente referiu que, na altura, foi transmitido aos Senhores Vereadores do PS que atendendo ao tempo seria desta forma mas que em situações futuras a tramitação poderia ser outra. Deu conta que, relativamente às diligências junto do Agrupamento, o Vereador João Graça daria a explicação uma vez que está a acompanhar o processo.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

Atalhando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que não foi assim que aconteceu ou seja, na altura não foi referido que poderia ser de outra forma no futuro. Lembrou que o que o Executivo fez foi trazer uma proposta sua que não foi ao encontro da proposta apresentada pelos Vereadores do PS na reunião anterior. Relativamente ao tempo mencionado pela Sra. Presidente fez notar que foi o Executivo que não aceitou a proposta que lhe foi apresentada porque decidiu preparar uma proposta sua para depois vir anunciar no *site* do Município *“Câmara Municipal paga os livros dos alunos do 3.º ciclo, quando na realidade, do ponto de vista da aplicabilidade da medida, não paga”*.

Com a palavra, o Sr. Vereador António Antunes lembrou que os Senhores Vereadores do PS quando apresentaram a proposta disseram que aquele era o tempo de trabalhar naquela questão e foi-lhes respondido que cada um tem o seu tempo e como tal considera que essa *“questão do tempo e do futuro não é verdade”*.

Intervindo, o Sr. Vereador João Graça referiu *“não concordando com nada do que os Senhores Vereadores disseram”* e que a questão de comprar os livros e entregá-los à escola para os alunos não era possível porque o que o Município se propôs não foi pagar os livros dos alunos, como o Vereador Gonçalo Lopes disse que estava no *site* do Município, mas sim pagar o remanescente do subsídio atribuído pelo Estado.

Interrompendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se foi, ou não, dessa forma que foi anunciado no *site*, ao que o Vereador João Graça respondeu que foi exatamente essa a informação colocada no site do Município.

Prosseguindo, o Sr. Vereador João Graça sublinhou que o Município não podia fazer da forma proposta pelos Srs. Vereadores do PS pois havia uma comparticipação do Estado, pois, se assim o fizesse, estaria a causar lesões ao erário público e portanto, a transferência efetuada para o Agrupamento de Escolas foi para pagar o remanescente da comparticipação do Estado.

Na sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes mencionou que o resultado daquela medida gerou esta confusão, acrescentando que, inclusivamente, o Sr. Vereador João Graça *“não sabia da existência de um banco de livros”* conforme, aliás transmitiu a quem redigiu o artigo do citado jornal. Salientou que o facto é que esta medida originou que fossem as pessoas mais carenciadas que tiveram de participar com uma parte maior para o pagamento dos manuais escolares.

Em resposta, o Sr. Vereador João Graça sublinhou que o facto é que tanto as pessoas mais carenciadas como as pessoas menos carenciadas com esta medida recebiam o remanescente da comparticipação do Estado e como tal o pagamento era efetuado a 100%, porém já não pode garantir que o critério utilizado pelo Agrupamento tenha sido bem aplicado.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

Interrompendo, o Sr. Vereador António Antunes referiu que o que revela esta situação é que o Executivo não aferiu junto do Agrupamento sobre qual o critério de funcionamento do banco de livros porque o banco de livros efetivamente já existe há algum tempo e não foi criado pelo Agrupamento mas sim pelo Estado. Acrescentou que, o critério da questão da atribuição de subsídios é absolutamente plausível porém o Executivo criou uma medida avulso sem se preocupar em saber o que estava a montante deste processo todo, o que originou este resultado.

Em complemento, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que o resultado, *“segundo declarações do Diretor do Agrupamento”, é que “esta medida da autarquia gerou injustiça e desigualdade, porque os alunos que não têm escalão foram os mais beneficiados”*.

De novo com a palavra, o Sr. Vereador João Graça repetiu que a Câmara Municipal de Castanheira de Pera deliberou, por unanimidade, pagar o remanescente da comparticipação do Estado.

Com a palavra, o Sr. Vereador António Antunes fez notar que na altura se a opinião dos Vereadores do PS tivesse sido *“minimamente discutida com toda a certeza que o resultado não seria este”*, tendo de imediato o Sr. Vereador João Graça afirmado que não se podia prever o resultado.

Novamente com a palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que *“essa intransigência política e essa falta de humildade política”* gera situações do género da que aconteceu quando poderia e deveria ter sido de outra forma se tivessem ouvido a proposta dos Vereadores do PS

Retomando, o Vereador João Graça sublinhou que nunca se poderiam oferecer os manuais escolares nos moldes sugeridos pelos Vereadores do PS porque havia a comparticipação do Estado e o Município apenas poderia pagar o que vai para além dessa comparticipação.

Depois de mais alguma troca de impressões sobre o assunto o Sr. Vereador Gonçalo Lopes disse lamentar que *“por arrogância política, que aliás reiteram, não terem tido a capacidade e a humildade de acolher da nossa proposta (dos Vereadores do PS, entenda-se) que evitaria esta situação”*.

O Sr. Vereador João Graça frisou já ter explicado porque não poderia ser tomada em conta a proposta dos Senhores Vereadores do PS acrescentando que a Câmara Municipal cumpriu devidamente todos os procedimentos a que se propôs para oferecer os manuais escolares aos alunos do Concelho.

Em seguida, interveio a Sra. Presidente afirmando que não poderia deixar a nota de que discorda completamente das palavras do Sr. Vereador Gonçalo Lopes porque considera que não tem havido *“arrogância política”* da parte do executivo tendo o Sr. Vereador Gonçalo afirmado que não concorda nada com isso.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que, por força da maior pressão na reciclagem de matérias, o ecoponto, no parque de estacionamento do antigo Millennium, encontra-se saturado e com frequência o espaço à sua volta está cheio de detritos e pediu para se tomarem as diligências necessárias no sentido de precaver aquela situação tendo, de imediato, a Sra. Presidente respondido que já foram tomadas as medidas possíveis.

Em seguida, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que, no mesmo espaço, há um contentor de recolha de equipamentos elétricos e eletrónicos que se encontra sempre fechado, perguntando o que se deve fazer para ter acesso a esse contentor.

Intervindo, o Sr. Vereador Nuno Tomás referiu que na altura que ali foi colocado o contentor foi explicado em sede de reunião de Câmara que o mesmo estaria encerrado e que as pessoas poderiam pedir a sua chave no quartel dos Bombeiros Voluntários ou na Câmara Municipal.

Com a palavra, o Sr. Vereador João Graça sugeriu que se colocasse essa informação no contentor para conhecimento das pessoas que o pretendem utilizar.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que na primeira reunião de Janeiro, onde o Vereador Nuno Tomás não esteve presente, perguntou desenvolvimentos da reunião que havia intenção de realizar sobre a Ribeirapera, questão que ora reitera.

O Sr. Vereador Nuno Tomás informou que a Administração da Ribeirapera já reuniu, desde então, algumas vezes não só com a parte jurídica mas também com a financeira no sentido de tentar encontrar uma possibilidade de solução para depois, e aí sim, efectuar uma reunião mais alargada com todos os membros da Câmara e da Assembleia Municipal para discutir em conjunto qual será a melhor solução para a empresa. Deu conta que se realizará a Assembleia Geral no próximo dia 4 de Março.

Nessa sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que uma vez que se vai realizar no dia 4 de março a Assembleia Geral, na sua opinião, seria útil que nessa altura já houvesse uma solução equacionada.

Em resposta, o Sr. Vereador Nuno Tomás referiu que era desejável ter uma solução já há muito tempo e que efetivamente a Administração ainda não tem nenhuma ideia concreta nem nenhum caminho viável para apresentar.

Interveio o Sr. Vereador António Antunes para dizer que na reunião de Assembleia Municipal ficou com a ideia que iria ser precisamente ao contrário ou seja que a intenção era efectuar uma reunião alargada para discutir opiniões e soluções entre todos. Considera que o trabalho de todos é que seria o verdadeiro exercício de participação democrática sobre um assunto que é extremamente delicado como todos sabemos.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

Intervindo, a Sra. Presidente referiu que tem conhecimento que a Administração da Ribeirapera tem várias soluções para serem discutidas entre todos porém tem de aferir quer juridicamente, quer economicamente o que pode ou não ser feito, o que considera compreensível e que, na sua opinião, não é nenhuma subversão à intenção comunicada na Assembleia Municipal.

Após mais alguma troca de argumentos sobre o assunto, interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes para transmitir que o Partido Socialista se coloca ao inteiro dispor para qualquer debate sobre esta matéria para tentar dar o seu melhor contributo a fim de ser encontrada uma solução rápida e viável.

No uso da palavra, a Sra. Presidente disse que se a solução fosse rápida e viável seguramente que já estava encontrada, aguardando para breve desenvolvimentos sobre a marcação da reunião em causa, com os membros da Assembleia Municipal.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntou como estava a questão da Barros III tendo-lhe sido transmitido que tinha sido enviado para o liquidatário, no início da semana, um resumo da reunião efetuada e os esclarecimentos que a Câmara pretendia.

Na sequência da resposta, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes transmitiu que gostaria de ter acesso a esse conjunto de pedidos de esclarecimentos que foi enviado ao Sr. Administrador.

Por fim, interveio o Vereador António Antunes para chamar a atenção que, mais uma vez, o Serviço de Proteção Civil não emitiu alerta relativamente às condições meteorológicas, nem na página nem no *site*, alertas que considera importantes e que não devem ser descurados. De imediato a Sra. Presidente informou que julga que foram emitidos alguns no sábado porém iria verificar a situação e tomar as medidas adequadas.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu por encerrado este período e passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

4. NÚCLEO DE DESPORTOS MOTORIZADOS DE LEIRIA – 8.º RALLYE DE INVERNO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

Considerando a deliberação tomada por unanimidade em reunião ordinária de 24/01/2019, relativo ao pedido de autorização e apoio formulado pelo Núcleo de Desportos Motorizados de Leiria para realização da prova de automobilismo denominada “Rallye de Inverno” no sentido, nomeadamente, de conceder o apoio solicitado no limite das competências e dos recursos existentes e disponíveis no Município;

Considerando que por efeito da realização da indicada prova foi paga pela requerente a quantia de 1.868,72 € respeitante à intervenção da GNR neste Concelho;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

Propõe-se que, a fim de dar cumprimento ao já deliberado anteriormente, a Câmara Municipal delibere atribuir um subsídio naquele montante ao Núcleo de Desportos Motorizados de Leiria.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

5. UNIDADE DE CUIDADOS NA COMUNIDADE (UCC) PERAGRANDE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

No âmbito do projeto + Contigo que se encontra a ser desenvolvido pela Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) PeraGrande em articulação com o Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto – Castanheira de Pera, veio aquela solicitar o apoio do Município através da aquisição de 40 t-shirts brancas com gravação na parte da frente, costa e manga, para distribuir pelos participantes no projeto.

Atendendo à mais-valia do projeto em apreço, que tem neste Concelho como população-alvo os alunos do 3º ciclo do ensino básico e cuja finalidade se centra na prevenção do suicídio neste grupo etário, mediante a promoção da autoestima e a prevenção dos comportamentos de risco associados, propõe-se que a Câmara Municipal delibere prestar o apoio solicitado, que ascende ao montante de 196,80 €, IVA incluído.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

6. ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS DO POÇO CORGA

Em 07/05/2015, foi outorgado contrato de arrendamento entre o Município e Fernando José Ferreira Simões, tendo por objeto o prédio urbano inscrito na matriz da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral sob o artigo 1564, destinado à atividade de restauração e bebidas, denominado estabelecimento de restauração e bebidas-Poço Corga, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais fazendo da mesma parte integrante.

As condições do arrendamento encontram-se estipuladas no documento designado “Condições da Hasta Pública Para Arrendamento Do Estabelecimento De Restauração e Bebidas-Poço Corga”, fazendo parte integrante daquele contrato de arrendamento e cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais fazendo da mesma parte integrante.

O arrendatário tem vindo a incumprir as aludidas condições, particularmente o estipulado na cláusula 25.ª das indicadas Condições da Hasta Pública, pois não tem mantido o estabelecimento em funcionamento nos termos em que ali vem determinado, o que se comprova pela informação emitida em 05/02/2019 pelo Fiscal Municipal, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais fazendo da mesma parte integrante, onde consta que, desde o dia 10/01/2019, aquele estabelecimento tem estado encerrado, todos os dias, incluindo aos fins de semana.

Nestes termos, o arrendatário, pelo menos desde aquela data (10/01/2019) até ao dia de emissão da referida informação, vem incumprindo aquelas obrigações contratuais, o que confere ao Município, o direito de rescindir o



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

contrato, nos termos das cláusulas, 25.^a, 26.^a e n.ºs 1 e 3 da cláusula 27.^a, todas das “ Condições da Hasta Pública Para Arrendamento Do Estabelecimento De Restauração e Bebidas-Poço Corga”, determinando a cessação do contrato, nos termos previstos na alínea c) da cláusula 28.^a do indicado documento.

Pese embora o incumprimento e as suas consequências estejam previstas no contrato de arrendamento e respetivas condições, sempre se dirá que, também no âmbito da Lei n.º 31/2012, de 14/08, a situação descrita teria enquadramento nas normas sobre incumprimento, dando lugar à resolução do contrato, por se tratar de incumprimento que, pela sua gravidade ou consequências, torna inexigível à outra parte a manutenção do arrendamento, conforme dispõe os n.ºs 1 e 2 do artigo 1083.º do Código Civil, na versão republicada no Anexo I da referida Lei, o que também se invoca.

O incumprimento perpetrado pelo arrendatário torne inexigível a manutenção do arrendamento, atendendo a que vem sendo reiterado, sem autorização do senhorio (Município), e causa grandes e graves danos ao Concelho por se tratar de um estabelecimento sito num local turístico, e frequentemente visitado, pelo que, estando encerrado, afeta negativamente a imagem do Município e dos órgãos autárquicos, bem como as características e qualidades que se pretendem para o turismo neste território.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere o seguinte:

- A) Considerar a existência de incumprimento por parte do arrendatário do estabelecimento de restauração e bebidas-Poço Corga, no âmbito do contrato outorgado em 07/05/2015, por violação do disposto nas cláusulas 25.^a e 26.^a (na parte inicial onde se afirma a obrigação de cumprimento pelo arrendatário das obrigações contratuais), ambas das “Condições da Hasta Pública Para Arrendamento Do Estabelecimento De Restauração e Bebidas-Poço Corga”, que fazem parte integrante do indicado Contrato de Arrendamento;
- B) Considerar que o invocado incumprimento, pela sua gravidade e consequências, torne inexigível a manutenção do arrendamento, atendendo a que vem sendo reiterado, sem autorização do senhorio (Município), causando grandes e graves danos ao Concelho por se tratar de um estabelecimento sito num local turístico, e frequentemente visitado, pelo que, estando encerrado, afeta negativamente a imagem do Município e dos órgãos autárquicos, bem como as características e qualidades que se pretendem para o turismo neste território, invocando-se também, nesta matéria, o disposto nos n.ºs 1 e da Cláusula 27.^a e a alínea c) da cláusula 28.^a das “Condições da Hasta Pública Para Arrendamento Do Estabelecimento De Restauração e Bebidas-Poço Corga”, bem como os n.ºs 1 e 2 do artigo 1083.º do Código Civil, na versão republicada no Anexo I da Lei n.º 31/2012, de 14/08;
- C) Considerar, assim, o incumprimento como definitivo, pelas razões já invocadas e pela falta de reposição das boas condições de funcionamento do espaço em causa, bem como o incumprimento de obrigações a que o arrendatário deveria dar execução, conforme o disposto no n.ºs 2 e 3, da Cláusula 27.^a das já referidas Condições da Hasta Pública.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

- D) Determinar a rescisão/resolução do aludido contrato de arrendamento, nos termos do disposto no n.º 1 da Cláusula 27.^a e na alínea c) da Cláusula 28.^a, ambas das indicadas Condições da Hasta Pública, bem como os n.ºs 1 e 2 do artigo 1083.º do Código Civil, na versão republicada no Anexo I da Lei n.º 31/2012, de 14/08, e demais disposições legais, regulamentares e estipuladas, aplicáveis.
- E) Determinar a notificação do arrendatário para proceder à entrega do local arrendado, livre e devoluto, no prazo de 30 dias úteis a contar da receção da notificação da presente deliberação.

DISCUSSÃO:

Sobre este assunto, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntou se em algum momento o arrendatário foi contactado para explicar o porquê do estabelecimento do Poço Corga se encontrar encerrado.

Tomando a palavra, a Sra. Presidente lembrou que, em anos anteriores, o arrendatário comunicou ao Município que a partir de determinada data (em regra desde setembro) passaria a abrir o estabelecimento apenas aos fins de semana, compromisso, aliás, que incumpriu quase na totalidade. Assim, considera que o mesmo deveria ter efetuado a comunicação também no ano em causa, não competindo à Câmara entrar em contrato com ele. Mais acrescentou que o arrendatário, este ano, para além de não ter feito a comunicação, não tem procedido à abertura do estabelecimento, no período em causa, nem sequer aos fins de semana.

Prosseguindo, referiu que a Dra. Bernardina poderá explicar melhor o assunto, nomeadamente sobre o que consta do contrato de arrendamento.

No uso da palavra, a Dra. Bernardina fez uma breve explicação sobre o assunto, esclarecendo que o arrendatário, pelos vistos, tem considerado haver abertura no clausulado do arrendamento para praticar um horário de verão e outro de inverno.

Na sequência da resposta dada pela Sra. Presidente, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que pese embora competisse ao arrendatário comunicar a sua intenção ao Município, e não impendesse sobre este último entrar em contacto com aquele, ainda assim poderia tê-lo feito.

Atalhando, a Sra. Presidente informou que o arrendatário marcou uma ou duas reuniões e não apareceu.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este ponto por encerrado e passou ao ponto seguinte da ordem do dia.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

7. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASTANHEIRA DE PERA – CEDÊNCIA DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

Presente ofício da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera a solicitar a cedência do Pavilhão Gimnodesportivo às quintas-feiras, entre as 19h30m e as 22h00, para a realização de treinos do seu C.B. e para o próximo dia 16 de fevereiro, a partir das 16h00, para a realização de um torneio inter-bombeiros da zona norte de Leiria.

Considerando o espírito de cooperação existente entre ambas as instituições;

Considerando que a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera, Instituição de Utilidade Pública, desenvolve uma atividade de grande relevância na comunidade local, nomeadamente, ao nível da proteção civil e da prestação de serviços de socorro à população;

Considerando que a implementação da modalidade desportiva será uma mais-valia para o corpo de bombeiros daquela Associação.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento aos pedidos formulados e isente a requerente do pagamento das respetivas taxas, sem prejuízo da necessária articulação com as demais atividades a decorrer no local, eventualmente, em horários coincidentes.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada/reprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador Nuno Tomás pediu escusa por pertencer ao órgão de direção da AHBVCP, a qual foi aceite, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

8. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO

Presente Participação/queixa apresentada por Paulo Manuel Antunes Sequeira, relatando que no dia 08 /11/2018, a sua viatura foi danificada por um pinheiro ardido nos incêndios de 2017, que caiu sobre a mesma por se encontrar totalmente apodrecido, no momento em que o queixoso circulava na EN 236, no sentido Castanheira de Pera-Sapateira.

Presente também a informação do Serviço Municipal de Segurança e Proteção Civil desta Autarquia, datada de 05/01/2019, confirmando os factos constantes da participação, identificando a viatura com a marca Toyota Hilux, cor creme, com a matrícula MQ-82-28 e informando que os danos visíveis são todos no exterior da mesma, ao nível de pintura, chapa, espelho retrovisor, óticas e para-choques, documento cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais fazendo da mesma parte integrante.

Considerando que da referida informação elaborada pelo Serviço Municipal de Segurança e Proteção Civil, consta a indicação de que, nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28/06, a responsabilidade da remoção do material lenhoso queimado é do proprietário;

Considerando que o proprietário do material lenhoso em causa, não é o Município;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere informar o requerente de que não assiste a este Município qualquer responsabilidade, nomeadamente a título indemnizatório, ou de qualquer outra natureza, na situação em apreço, por não ser o proprietário da árvore, conforme o disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

124/2006, de 28/06, indeferindo, assim, o pedido de assunção de responsabilidade por parte do Município.

Mais se propõe que a Câmara Municipal delibere a notificação do presente projeto de decisão ao requerente, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar da notificação desta deliberação, para vir dizer, querendo, por escrito, o que se lhe oferecer, no âmbito do direito de audiência, conforme o disposto nos artigos 121.º e seguintes, do Código do Procedimento Administrativo.

DISCUSSÃO:

O Sr. Vereador António Antunes questionou se a árvore em questão estava dentro ou fora dos 10 metros porque a responsabilidade pode ser do proprietário mas também pode ser do Município.

Depois de alguma discussão sobre o assunto e verificando-se várias dúvidas na questão o Sr. Vereador António Antunes sugeriu que este ponto fosse retirado da ordem de trabalhos para melhor esclarecimento, sugestão aceite por todo o Executivo.

9. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO

Na sequência da reclamação apresentada, verbalmente, por Álvaro Gonçalo Silva Alves, relatando que uma equipa de trabalhadores deste Município, no dia 21/08/2018, ao proceder à limpeza das bermas no Valseá, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, danificou, com os detritos que saltaram devido à utilização da motoroçadora, a pintura da viatura marca Citroen Berlingo, matrícula 88-QS-26, propriedade de Paula Fernandes Antunes Dias Santos, que se encontrava à sua guarda, estacionada junto à sua habitação.

Os danos verificados são na pintura da parte lateral esquerda do aludido veículo.

Presente a informação do Fiscal Municipal, datada de 10/01/2019, esclarecendo que os factos apontam, manifestamente, no sentido da prática pelos trabalhadores do Município, dos danos participados, enquadrando-se, assim, no âmbito da responsabilidade civil extracontratual geradora de responsabilidade indemnizatória por parte desta Autarquia, documento cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais fazendo da mesma parte integrante.

Considerando o supra exposto e o orçamento apresentado pela proprietária do veículo, no valor de 814,00€ (oitocentos e catorze euros) a que acresce IVA;

Considerando a informação da Secção Financeira dando conta da existência de cabimento para fazer face ao pagamento daquele montante;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere a assunção pelo Município do pagamento à proprietária, do indicado valor, no âmbito da responsabilidade civil extracontratual.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

10. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – CANDIDATURA AO PRID 2019 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO E DE APOIO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS NO ESTÁDIO MUNICIPAL DA RETORTA



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

Presente e-mail do Sport Castanheira de Pera e Benfica informando que considera ser oportuno aproveitar o período de abertura de candidaturas ao programa de Reabilitação de Instalações Desportivas (PRID 2019), desenvolvido pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, que visa promover a modernização e reabilitação do parque desportivo dos Clubes e Associações de Base Local, para candidatar algumas das obras de que o Estádio Municipal da Retorta carece, nomeadamente ao nível de melhoramentos no pavimento que rodeia o recinto de jogo e da substituição da rede de sombreamento da vedação.

Nesse âmbito, vem o Sport requerer autorização e apoio para a execução das referidas obras.

Considerando que as obras que o clube pretende realizar, não só acrescentarão valor à infraestrutura, como melhorarão as suas condições de funcionamento para todos os utilizadores, fomentando a presença de atletas e também de público no local;

Considerando o elevado interesse da prática desportiva para a manutenção de estilos de vida saudáveis e promotores do bem-estar físico e emocional, com consequentes reflexos positivos, nomeadamente, em termos sociais;

Considerando o disposto na Cláusula 7.ª do Contrato de Comodato de Bem Imóvel celebrado entre o Município e o Sport Castanheira de Pera e Benfica em 01/03/2017, tendo como objeto a infraestrutura em causa;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar a realização das obras indicadas pelo Sport Castanheira de Pera e Benfica, ao nível do pavimento que rodeia o recinto de jogo e da vedação.

Quanto ao apoio requerido para o efeito, propõe-se que a Câmara Municipal delibere adiar a tomada de decisão para momento posterior, em virtude de o assunto carecer de ponderação e esclarecimentos adicionais.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

11. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 06 de fevereiro de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal, era nesse dia de 2.401.794,85 € (dois milhões quatrocentos e um mil setecentos e noventa e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.355.916,19 € (dois milhões trezentos e cinquenta e cinco mil novecentos e dezasseis euros e dezanove cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 45.878,66 € (quarenta e cinco mil oitocentos e setenta e oito euros e sessenta e seis cêntimos). Os movimentos de Tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.411.938,15 € (dois milhões quatrocentos e onze mil novecentos e trinta e oito euros e quinze cêntimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta cêntimos) em documentos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

12. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 23/01/2019 e 06/02/2019, registados sob os números, 56 a 148 no valor total de



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

289.939,66€ (duzentos e oitenta e nove mil novecentos e trinta e nove euros e sessenta e seis cêntimos), respeitantes a Despesas Orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

13. ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019

Propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no n.º.3 do artigo 35º., do anexo I, da Lei n.º.75/2013, de 12 de setembro, delibere ratificar o despacho proferido pela Sra. Presidente em 01/02/2019, autorizando a 3.ª Alteração, às Grandes Opções do Plano no valor de 5.000,00 € (cinco mil euros) no Plano Plurianual de Investimentos por reforço e anulação e de 2.300,00 € (dois mil e trezentos euros) nas Atividades Mais Relevantes, por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

14. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2019

Propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no n.º. 3 do artigo 35º. da Lei n.º.75/2013, de 12 de setembro, delibere ratificar o despacho proferido pela Sra. Presidente em 01/02/2019 autorizando, a 3.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 9.300,00 € (nove mil e trezentos euros) por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade em minuta.

15. OBRAS PARTICULARES

Armindo Rodrigues Graça vem requerer a aprovação do pedido de alteração à constituição da propriedade horizontal do prédio sito na Avenida de S. Domingos, vila de Castanheira de Pera, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral.

Propõe-se que a Câmara Municipal aprove o referido pedido de alteração da constituição da propriedade horizontal, tudo nos termos e com os fundamentos constantes do Auto de Vistoria n.º 1/SPOPU/2019, de 5 de fevereiro de 2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador João Graça pediu escusa relativamente a este assunto, em virtude de ser familiar direto (filho) do requerente, o que foi aceite, por unanimidade, pelo que o mesmo não participou da apresentação, discussão e votação da presente deliberação, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

16. OBRAS PARTICULARES

Petrobeira, Lda. vem requerer a aprovação do pedido de instalação de Posto de Abastecimento de Combustível com capacidade de 60 000 litros, na Rua João Bebião, vila de Castanheira de Pera, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

A referida operação urbanística localiza-se numa área abrangida pela 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Castanheira de Pera, verificando-se que a intervenção não colide com as disposições constantes deste instrumento de planeamento.

Propõe-se, assim, que a Câmara Municipal aprove o pedido de instalação requerido, tudo nos termos e com os fundamentos constantes do Parecer n.º 11/SPOPU/2019, de 5 de fevereiro de 2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

17. PEDIDO DE ISENÇÃO OU REDUÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

Petrobeira, Lda. vem requerer aprovação do pedido de isenção ou redução do pagamento das taxas devidas no âmbito do licenciamento do Proc.º 5214/2019, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento Geral das Taxas do Município de castanheira de Pera.

Propõe-se, que a Câmara Municipal aprove o indeferimento do pedido, tudo nos termos e fundamentos constantes do parecer n.º 12/SPOPU/2019, de 5 de fevereiro de 2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

Propõe-se ainda que o titular do processo seja notificado para, e em sede de audiência, dizer, querendo, por escrito, e no prazo de 10 dias úteis, contados da data da notificação, tudo o que entender conveniente sobre a decisão projetada.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

18. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA

Nuno Miguel Coelho Carvalho vem requerer a aprovação do pedido autorização para ocupação de via pública com andaimes (5 m2), pelo período de 1 mês, para realização de obras de conservação (substituição da cobertura e pintura exterior do imóvel), no prédio sito em Praça Visconde de Castanheira de Pera / Rua Dr. Bissaya Barreto, vila de Castanheira de Pera, da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido, tudo nos termos e com os fundamentos constantes do parecer n.º 1/SPOPU/2019, emitido em 05/02/2019, pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

19. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO SUBTERRÂNEA DA VIA PÚBLICA

David Mendes Pereira vem requerer autorização para ocupação subterrânea de via pública, numa extensão de cerca de 7 metros, na estrada Além da Ribeira - Torgal.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

Considerando a informação/análise técnica emitida pelo Fiscal Municipal no sentido de não existir impedimento no deferimento do pedido e em virtude da urgência na execução dos trabalhos por se encontrar a decorrer a pavimentação daquela via, foi autorizado o pedido formulado, nos termos constantes da referida informação.

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o deferimento do pedido, conforme a informação /análise técnica supra identificada.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

20. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – APRECIÇÃO DE REQUERIMENTOS

Presente Parecer emitido pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, referente ao requerimento/processo sob o número de ordem SV1 apresentado no âmbito do Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações não Permanentes, afetadas pelo Incêndio de junho 2017, pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o referido pedido/processo, melhor identificado no respetivo parecer do Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo supra indicado, nos termos e com os fundamentos constantes do mesmo, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador António Antunes pediu escusa por ter intervenção enquanto técnico no processo em causa, a qual foi aceite, por unanimidade, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

21. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – APRECIÇÃO DE REQUERIMENTOS

Presente Parecer emitido pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, referente ao requerimento/processo sob o número de ordem BA2 apresentado no âmbito do Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações não Permanentes, afetadas pelo Incêndio de junho 2017, pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o referido pedido/processo, melhor identificado no respetivo parecer do Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo supra indicado, nos termos e com os fundamentos constantes do mesmo, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

22. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – APRECIACÃO DE REQUERIMENTOS

Presente Parecer emitido pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, referente ao requerimento/processo sob o número de ordem SF1 apresentado no âmbito do Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações não Permanentes, afetadas pelo Incêndio de junho 2017, pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o referido pedido/processo, melhor identificado no respetivo parecer do Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo supra indicado, nos termos e com os fundamentos constantes do mesmo, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

23. EMPREITADA “REGENERAÇÃO DE EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES MUNICIPAIS, EDIFICAÇÕES MUNICIPAIS (PAVILHÃO DA RETORTA) / INCÊNDIOS 2017” – PRORROGAÇÃO DO PRAZO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente o Despacho proferido pela Presidente da Câmara Municipal em 05 de fevereiro de 2019, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, determinando a segunda prorrogação do prazo para apresentação das propostas no âmbito do procedimento de concurso público de “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta) /Incêndio 2017”.

Propõe-se que, verificados que estão os pressupostos do preceito legal supra referido, a Câmara delibere ratificar o mencionado despacho, cujo cópia se anexa à presente deliberação e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

24. EMPREITADA “REGENERAÇÃO DE EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES MUNICIPAIS, EDIFICAÇÕES MUNICIPAIS (PAVILHÃO DA RETORTA)/ INCÊNDIOS 2017” – ERROS E OMISSÕES, ESCLARECIMENTOS

Presentes os pedidos de esclarecimento e erros e omissões apresentados no âmbito do procedimento de concurso público de “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta) /Incêndio 2017”, cuja cópia se anexa à presente deliberação e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

Presente a informação emitida pelos serviços técnicos, em 7 de fevereiro de 2019, cuja cópia se anexa à presente deliberação e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante.

Propõe-se que, a Câmara Municipal delibere aprovar os erros e omissões nos termos constantes da aludida informação de 7 de fevereiro de 2019.

Propõe-se ainda que, a Câmara Municipal aprove o novo preço base, 656 036,82 €, acrescido de IVA, nos termos constantes da referida informação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

25. BAIRRO OPERÁRIO – CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE

Ponto retirado da ordem de trabalhos.

26. EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS/ INCÊNDIOS 2017 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

Considerando que a empresa Windpark Lda. enviou comunicação ao Município informando que a empresa Isidoro Correia da Silva, Lda., adjudicatária da empreitada “Reabilitação de Estradas Municipais/Incêndios 2017”, foi objeto de uma reorganização, tendo passado a denominar-se Windpark Lda., mantendo, no entanto, todos os outros dados, nomeadamente o número de identificação fiscal, detalhes bancários e números de telefone;

Considerando os dados ínsitos na certidão permanente da empresa e o parecer jurídico emitido pelo gabinete de advogados Teófilo Araújo dos Santos, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere considerar não haver inconveniente na mudança de denominação social da empresa, aceitando-o nos termos indicados e retrotraindo os seus efeitos à data do início dos trabalhos.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

27. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presente a D. Elisabete Antunes, residente em Moita, para solicitar a colocação, naquela localidade, de uma paragem de autocarro no sentido de Figueiró dos Vinhos porque, especialmente quando está a chover, as crianças esperam o autocarro na única paragem existente que é em sentido contrário, e numa curva, o que é muito perigoso.

Em seguida, pediu que fosse averiguado por que razão à quarta-feira o autocarro não vai à Moita e deixa as pessoas no ramal, obrigando-as a efetuar o resto do percurso a pé, quando nos outros dias vai.

A Sra. Presidente respondeu que ia dar instruções no sentido de verificar a possibilidade de colocar a paragem de autocarro e o porquê do autocarro não ir à Moita à quarta-feira.

Presente também a D. Susana Marto que usou da palavra para questionar a informação relativamente às áreas que foram consideradas prioritárias em 2019 no



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 3/2019

Reunião Ordinária de 8 de fevereiro de 2019

âmbito dos incêndios, tendo a Sra. Presidente informado que o Governo divulgou o mapa de freguesias prioritárias para limpeza no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e que o concelho de Castanheira de Pera não foi contemplado com freguesias de prioridade 1.

28. ENCERRAMENTO

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram dezassete horas e vinte minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____